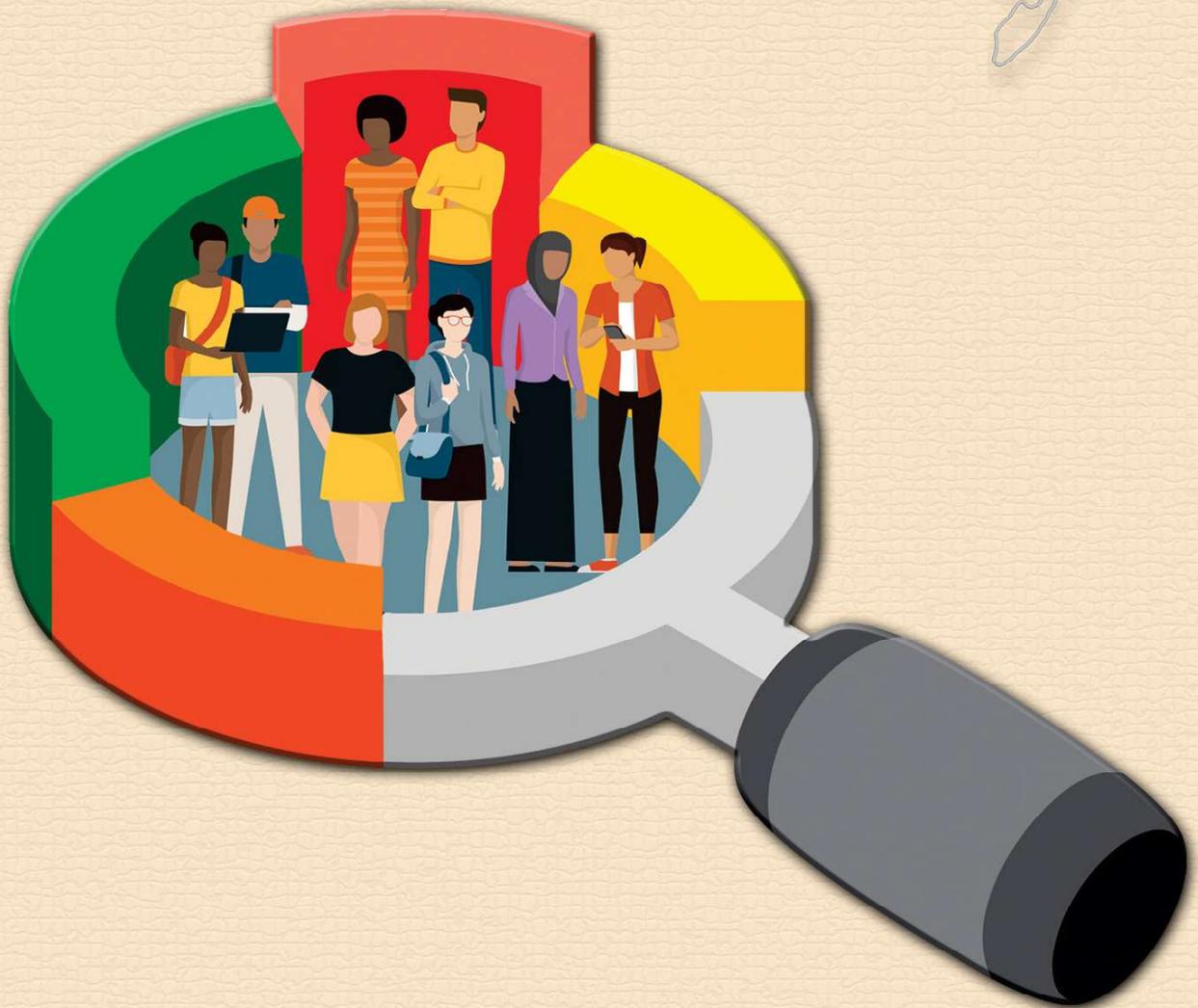


Tatiana Reidel, Thaisa Teixeira Closs
Ana Lúcia Suárez Maciel, Agnaldo Engel Knevez e
Jane Cruz Prates
Organizadores

ASSISTENTES SOCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Perfil • Formação • Trabalho



Tatiana Reidel
Thaís Teixeira Closs
Ana Lúcia Suárez Maciel
Agnaldo Engel Knevez
Jane Cruz Prates
(Organizadores)

**PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO
PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO
RIO GRANDE DO SUL**



Tatiana Reidel
Thaís Teixeira Closs
Ana Lúcia Suárez Maciel
Agnaldo Engel Knevez
Jane Cruz Prates
(Organizadores)

**PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO
PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO
RIO GRANDE DO SUL**



ALEXA
Embu das Artes - SP
2022



© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans e Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Camila Reinheimer

Revisão Técnica

Tatiana Reidel e Jane Cruz Prates

Revisão de Língua

Marisa De Lucca

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R359 - REIDEL, Tatiana
M152 - MACIEL, Ana Lúcia Suárez
C645 - CLOSS, Thaisa Teixeira
K068 - KNEVITZ, Agnaldo Engel
P912 - PRATES, Jane Cruz

Perfil, formação e trabalho profissional de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul. Tatiana Reidel, Thaisa Teixeira Closs, Ana Lúcia Suárez Maciel, Agnaldo Engel Knevit e Jane Cruz Prates (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

14x21cm -196 páginas

ISBN - 978-85-5467-252-2

1. Serviço Social - 2. Formação - 3. Assistente Social- 4. Pesquisa - 5. Rio Grande do Sul-Brasil - I- Sumário - II Bibliografia

CDD - 361.981

Índice de catálogo sistemático

Serviço Social

Formação

Assistente Social

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem expressa autorização.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores. da autora e do editor.

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

CARACTERIZAÇÃO IDENTITÁRIA DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL

*Tatiana Reidel
Ana Lúcia Suárez Maciel
Agnaldo Engel Knevez
Carolyn Zgievski Barreto*

Introdução

Neste capítulo, debruçamo-nos na apresentação e na problematização dos elementos que emergiram na pesquisa, com relação à caracterização dos sujeitos que participaram e que expressam elementos da identidade dos/das profissionais no âmbito do estado do Rio Grande do Sul. As últimas duas décadas do atual século vêm demarcando um novo contexto para a profissão, no que se refere tanto à formação quanto ao exercício profissional. Esse cenário é determinado pelas transformações societárias que resultam da dinâmica da sociedade capitalista e dos movimentos que a profissão vem empreendendo no compasso dessa contraditória dinâmica.

Assim, problematizar aspectos relacionados com a identidade dos/das profissionais de modo contemporâneo é fundamental para apreender as principais alterações que, porventura, tenham-se efetivado nesse período. Especialmente, constatamos a significativa ampliação que o contingente profissional obteve nesse período histórico, fruto da expansão do ensino superior na rede pública e privada, bem como da implantação da modalidade de ensino à distância, a partir do ano de 2006.

No referido período, atestamos um contingente de Assistentes Sociais quase maior numericamente do que o que tínhamos formado no Brasil, ao longo de toda a trajetória histórica do Serviço Social, e que incide na conformação do trabalho e da formação dos/as Assistentes Sociais, reiterando a necessidade de investigar e conhecer a constituição do perfil, da formação e do trabalho profissional desses/as trabalhadores/as, pois “[...] poucos são aqueles estudos que têm como foco o sujeito profissional [...]” (IAMAMOTO, 2003, p.65).

O Brasil é o segundo país com maior número de Assistentes Sociais, conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social — CFESS, contabilizando mais de 200 mil profissionais com registro nos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América (CFESS, 2013). No estado do Rio Grande do Sul, contamos, atualmente, com aproximadamente 14 mil Assistentes Sociais inscritos/as no CRESSRS e pouco mais de 9 mil Assistentes Sociais na condição de inscrito/a ativo/a, segundo informações obtidas junto ao setor de registros do CRESSRS.

No que se refere a dados sobre o perfil do/a Assistente Social no Brasil, o que encontramos de mais atualizado é a pesquisa articulada pelo — CFESS, pelos CRESS e pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que contou, na composição da equipe, com colaboradores/as, um representante dos então 24 Conselhos Regionais que se configuraram como o conjunto CFESS/CRESS, cujo relatório final é datado de maio de 2005. Tem-se conhecimento, em âmbito estadual, de iniciativas semelhantes realizadas em alguns estados da federação, o que traduz a importância dos estudos desta natureza, para apreender a conformação da profissão em nível nacional, regional e estadual. Identificamos, nessa direção, a necessidade de atualização dos dados da pesquisa nacional divulgados em 2005 e, de modo especial, destacamos inquietações diante de uma lacuna, no que se refere a estudos e informações sobre a configuração atual do perfil, da formação e do trabalho dos/as Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul.

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada no ano de 2019, evidenciando os principais dados sobre o perfil profissional e empreendendo análises que emergiram das principais características dos/as profissionais que participaram da pesquisa. A estrutura do capítulo abrange duas seções: a primeira indica a perspectiva de análise adotada pelos/as autores/as, para apreender elementos da identidade dos sujeitos pesquisados; a segunda compartilha os dados obtidos no campo empírico, com as respectivas problematizações acerca de faixa etária, local de residência, estado civil, identidade de gênero, pertença étnico-racial e religiosa dos/as profissionais.

Identidade profissional dos/das Assistentes Sociais gaúchos/as: perspectiva de análise

Ao introduzirmos a temática da identidade de um/a profissional, é comum que a identifiquemos com a sua singularidade, assim como a conectamos com a sua trajetória de vida. No entanto, no Serviço Social compreendemos esse aspecto sob uma perspectiva ampla, já que traduz a identidade coletiva da profissão diante da sociedade. Nessa direção, a concepção de identidade supõe apreendê-la:

[...] não como uma unidade fechada e estática, ou universalmente idêntica, mas como uma pluralidade de expressões construídas a partir de distintas formas de inserção da profissão na sociedade, por diferentes grupos de profissionais em diferentes momentos da profissão. (HECKERT, 199, p.57).

Fica evidenciado que a formação da identidade profissional é um processo que articula a singularidade de cada profissional com a identidade coletiva da profissão que, ao longo dos seus mais de 80 anos de existência no Brasil, foi sendo reconstruída diante da dinâmica posta pela própria realidade, mas, também, pelos fundamentos e pela direção social da profissão. Deste modo, a identidade profissional é uma categoria dialética em permanente transformação, o que nos impõe captar a sua dinâmica na sua totalidade e considerar a sua historicidade.

Martinelli (1989) brindou-nos com importante produção acadêmica na virada da década de 1980 para a de 1990, ao introduzir, na categoria profissional, o fértil debate acerca da identidade e da consciência social dos/as profissionais. Naquele período, sua produção foi seminal para contribuir com o desvendamento das relações existentes entre a profissão e a sociedade capitalista. Assim, ao desenvolvermos, neste capítulo, o debate acerca das características identitárias dos/as profissionais do RS, estamos compreendendo-as como um dos elementos que constituem a identidade profissional, pois:

[...] a identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de

classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas. (MARTINELLI, 1989, p. 7).

Nesse sentido, elementos identitários, como o gênero, a pertença étnico-racial e o vínculo religioso dos/as profissionais, são dimensões que acompanham a construção da identidade da profissão, pois sabemos que a sua gênese é marcada pela influência religiosa na criação das primeiras escolas de Serviço Social, bem como pela presença feminina e vocacional que demarcou os primeiros perfis profissionais (CARVALHO; IAMAMOTO, 1982).

Estes elementos encontram-se superados na contemporaneidade, em decorrência do processo de redefinição do significado sócio-histórico da profissão (YAZBEK, 2009), o que lhe assegura o pluralismo na configuração, inclusive, do contingente profissional.

Ao considerarmos a trama das relações sociais onde a profissão se inscreve, faz-se necessário pontuar que os profissionais do Serviço Social se constituem como sujeitos sociais, o que inclui as suas trajetórias de vida anteriores à opção pelo curso que, durante a formação e o exercício profissional, passam a entrelaçar-se, contribuindo para a conformação do modo de ser Assistente Social.

Ortega y Gasset (1970) aponta a compreensão desse processo que constitui o sujeito social num sujeito profissional, ao ponderar que a vida ocorre em fases e etapas que se sucedem e entrelaçam em determinado período histórico. Assim, os sujeitos profissionais compartilham, igualmente, valores e crenças denominados pelo autor como geracionais, pois se definem a partir de determinado espaço e tempo. Pensar as características identitárias dos/as profissionais pesquisados/as no solo gaúcho, no ano de 2019, tal qual propõe o autor, significa reconhecer a existência de uma multiplicidade de gerações que, juntas, vêm construindo o Serviço Social neste território. Igualmente, isso requer o entendimento de que essas gerações passaram por diferentes formações, foram influenciadas por referenciais teóricos, metodológicos e ético-políticos de distintos momentos da historicidade da profissão, dotando de complexidade o debate sobre a sua identidade.

Com base nessas perspectivas de análise, entendemos que pensar a identidade profissional é um processo complexo que envolve um conjunto de elementos que trataremos de explorar na próxima

seção deste capítulo, pois os dados nos remetem ao debate acerca de gênero, pertença étnico-racial, vínculo religioso e estado civil dos profissionais que, na sua totalidade, expressam a identidade singular e coletiva da categoria.

Caracterização dos/das Assistentes Sociais: onde vivem, qual a sua idade, identidade de gênero, pertença étnico-racial e vínculo religioso?

Na perspectiva de identificar onde residem os/as 2.930 Assistentes Sociais que responderam ao questionário, observamos que um contingente significativo está concentrado na capital, em grandes centros urbanos, na região metropolitana, seguido de cidades menores e municípios de pequeno porte. As 20 cidades com maior frequência de respostas são: Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas, Canoas, Passo Fundo, São Leopoldo, Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo, Gravataí, Viamão, Alvorada, Lajeado, Rio Grande, Erechim, Ijuí, Cruz Alta, Uruguaiana, Santa Rosa e Cachoeirinha, conforme se observa no quadro a seguir:

QUADRO 1 — Cidade onde residem os/as Assistentes Sociais no RS

CIDADE	%	Nº RESPONDENTES
Porto Alegre	23,34	646
Caxias do Sul	4,55	126
Santa Maria	4,08	113
Pelotas	3,58	99
Canoas	3,00	83
Passo Fundo	2,96	82
São Leopoldo	2,20	61
Santa Cruz do Sul	1,73	48
Novo Hamburgo	1,70	47
Gravataí	1,66	46

Viamão	1,55	43
Alvorada	1,45	40
Lajeado	1,45	40
Rio Grande	1,45	40
Erechim	1,37	38
Ijuí	1,26	35
Cruz Alta	1,08	30
Uruguaiana	0,98	27
Santa Rosa	0,94	26
Cachoeirinha	0,87	24
Total	61,20	1.694

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Identifica-se que, dos/as participantes da pesquisa, o maior número reside na capital do estado, Porto Alegre, contabilizando 23,34%. A partir dessa primeira análise, podemos destacar que 83% dos/as Assistentes Sociais (69 respondentes) residem na mesma cidade em que trabalham, de forma que 30,17 % não exercem sua atividade laboral no município de sua residência.

Os/as Assistentes Sociais vinculados/as ao CRESS, por adesão podem participar de Núcleos de Base do CRESSRS, os denominados NUCRESS, que são espaços de articulação e construção coletiva da categoria com a gestão. Atualmente, conforme o CRESSRS, são 37 NUCRESS espalhados por todo o estado do Rio Grande do Sul e duas Delegacias Seccionais, localizadas nos municípios de Caxias do Sul e Pelotas.

O CRESSRS contém 37 Núcleos de Base e duas Seccionais cujas sedes estão em Caxias do Sul e Pelotas. Alguns Núcleos constituem-se com abrangência de apenas um município, mas sua maioria envolve mais de um município. No processo de caracterização dos/as Assistentes Sociais que participaram desta investigação, entre as questões iniciais, tínhamos a identificação da cidade onde reside a categoria profissional.

No desenvolvimento do processo de análise, compreendemos a relevância de dar visibilidade não apenas ao território de residência, mas também ao Núcleo de referência de cada participante.

Assim, iniciamos um processo de busca junto ao CRESSRS e no seu site, para identificação dos respectivos municípios que compõem cada um dos Núcleos, para aqueles que se constituem em mais de um.

No processo de busca, identificamos que havia algumas cidades que se encontravam repetidas em mais de um Núcleo, totalizando 16 nessa situação. Com o objetivo de refinar os dados, foi realizado contato com as 16 coordenações dos Núcleos cujas cidades se encontravam em dois diferentes, para verificar a qual Núcleo realmente pertencia cada município. Das coordenações contatadas, 13 retornaram. Os municípios pertencentes aos três Núcleos restantes foram agrupados, tendo como critério a proximidade geográfica. Assim, sistematizamos nova tabela apresentada a seguir e disponibilizada ao CRESSRS, com a configuração dos municípios que compõem os Núcleos a partir dessa sistematização, para fins de organização dos dados da pesquisa.

QUADRO 2 — Núcleos de Base do CRESSRS e sua área de abrangência: sistematizações a partir da pesquisa

NÚCLEO	MUNICÍPIO(S) DE ABRANGÊNCIA
Alegrete	Alegrete
Alto da Serra do Botucaraí	Alto Alegre; Barros Cassal; Campos Borges; Espumoso; Fontoura Xavier; Gramado Xavier; Ibirapuitã; Itapuca; Lagoão; Mormaço; Nicolau Vergueiro; São José do Herval; Soledade; Tio Hugo
Alto Uruguai	Aratiba; Áurea; Barão de Cotegipe; Barra do Rio Azul; Benjamin Constant; Campinas do Sul; Carlos Gomes; Centenário; Charrua; Cruzaltense; Entre Rios do Sul; Erebangó; Erechim; Erval; Grande; Estação; Faxinalzinho; Floriano Peixoto; Gaurama; Getúlio Vargas; Ipiranga do Sul; Itatiba do Sul; Jacutinga; Marcelino Ramos; Mariano Moro; Paulo Bento; Ponte Preta; Quatro Irmãos; São Valentim; Sertão; Severiano de Almeida; Três Arroios; Viadutos
Alvorada	Alvorada
Bagé	Bagé
Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul
Campos de Cima da Serra	Vacaria
Canoas	Canoas; Esteio; Nova Santa Rita; Sapucaia do Sul

Capão da Canoa	Capão da Canoa
Carazinho	Almirante Tamandaré; Carazinho; Chapada; Colorado; Coqueiros do Sul; Lagoa dos Três Cantos; Não-Me-Toque; Nova Boa Vista; Saldanha Marinho; Santa Bárbara do Sul; Santo Antônio do Planalto; Sarandi; Selbach; Tapera; Victor Graeff
Celeiro	Barra do Guarita; Bom Progresso; Braga; Campo Novo; Coronel Bicaco; Crissiumal; Derrubadas; Esperança do Sul; Humaitá; Inhacorá; Miraguaí; Redentora; Santo Augusto; São Martinho; São Valério do Sul; Sede Nova; Tenente Portela; Tiradentes do Sul; Três Passos; Vista Gaúcha
Centro	Agudo; Cacequi; Dilermando de Aguiar; Dona Francisca; Faxinal do Soturno; Formigueiro; Itaara; Ivorá; Jari; Júlio de Castilhos; Mata; Nova Palma; Pinhal Grande; Quevedos; Restinga Seca; Santa Maria; São João do Polêsine; São Martinho da Serra; São Pedro do Sul; São Sepé; Silveira Martins; Toropi; Tupanciretã
Centro Sul	Camaquã; Cerro Grande do Sul; Sentinela do Sul; Sertão Santana; Tapes
Extremo Sul	Chuí; Santa Vitória do Palmar
Frederico Westphalen	Frederico Westphalen
Fronteira Noroeste	Alecrim; Alegria; Boa Vista do Buricá; Campina das Missões; Cândido Godói; Dr. Maurício Cardoso; Horizontina; Independência; Nova Candelária; Novo Machado; Porto Lucena; Porto Mauá; Porto Vera Cruz; Santa Rosa; Santo Cristo; São José de Inhacorá; Senador Salgado Filho; Três de Maio; Tucunduva; Tuparendi
Gravataí	Cachoeirinha; Glorinha; Gravataí
Ijuí	Augusto Pestana; Boa Vista; Chiapetta; Condor; Coronel Barros; Ijuí; Joia; Nova Ramada; Panambi; Pejuçara
Litoral Norte	Dom Pedro de Alcântara; Imbé; Itati; Mampituba; Maquiné; Morrinhos do Sul; Mostardas; Osório; Palmares do Sul; Santo Antônio da Patrulha; Tavares; Terra de Areia; Torres; Tramandaí; Três Cachoeiras; Três Forquilhas; Xangri-lá
Nordeste	Barracão; Cacique Doble; Capão Bonito do Sul; Caseiros; David Canabarro; Ibiaça; Ibiraiaras; Lagoa Vermelha; Machadinho; Maximiliano de Almeida; Paim Filho; Sananduva; Santo Expedito do Sul; São João da Urtiga; São José do Ouro; Tupanci do Sul
Novo Hamburgo	Campo Bom; Dois Irmãos; Estância Velha; Ivoti; Novo Hamburgo; São Leopoldo
Pampa	Santa Margarida do Sul; São Gabriel; Vila Nova do Sul

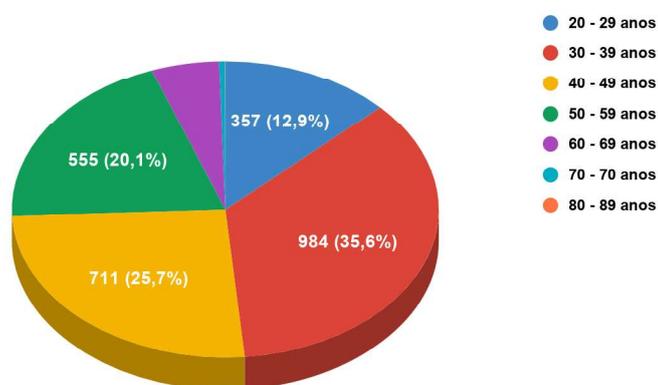
Planalto Médio	Camargo; Ciríaco; Coxilha; Ernestina; Gentil; Marau; Mato Castelhana; Muliterno; Nova Alvorada; Passo Fundo; Santa Cecília do Sul; Tapejara; Vila Lângaro; Vila Maria
Região dos Vinhedos	Antônio Prado; Aracá; Bento Gonçalves; Boa Vista do Sul; Campestre da Serra; Canela; Carlos Barbosa; Casca; Caxias do Sul; Coronel Pilar; Dois Lajeados; Farroupilha; Flores da Cunha; Garibaldi; Gramado; Ipê; Lindolfo Collor; Monte Belo do Sul; Morro Reuter; Nova Pádua; Nova Petrópolis; Nova Roma do Sul; Picada Café; Presidente Lucena; Santa Maria do Herval; Santa Tereza; Santo Antônio do Palma; São Domingos do Sul; São Marcos; São Valentim do Sul; Serafina Corrêa; Vanini
Santiago	Capão do Cipó; Itacurubi; Jaguarí; Nova Esperança do Sul; Santiago; São Francisco de Assis; São Vicente; Unistalda
Santo Ângelo	Santo Ângelo
São José do Norte (Lagoa)	Rio Grande; São José do Norte
Sem Fronteiras	Quaraí; Rosário do Sul; Santana do Livramento
Serra	André da Rocha; Cotiporã; Fagundes Varela; Guabiju; Guaporé; Nova Araçá; Nova Bassano; Nova Prata; Paraí; Protásio Alves; São Jorge; União da Serra; Veranópolis; Vila Flores; Vista Alegre do Prata
Taquari	Taquari
Uruguaiana	Uruguaiana
Vale do Caí	Alto Feliz; Barão; Bom Princípio; Brochier; Capela de Santana; Feliz; Harmonia; Linha Nova; Maratá; Montenegro; Pareci Novo; Portão; Salvador do Sul; São José do Hortêncio; São José do Sul; São Pedro da Serra; São Sebastião do Caí; São Vendelino; Tupandi; Vale Real
Vale do Paranhana	Igrejinha; Nova Hartz; Parobé; Riozinho; Rolante; São Francisco de Paula; Taquara; Três Coroas
Vale do Rio Pardo e Centro Serra	Arroio do Tigre; Candelária; Cerro Branco; Encruzilhada do Sul; Estrela Velha; Herveiras; Ibarama; Jacuizinho; Lagoa Bonita do Sul; Mato Leitão; Pântano Grande; Passa Sete; Passo do Sobrado; Rio Pardo; Santa Cruz do Sul; Segredo; Sinimbu; Sobradinho; Tunas; Vale do Sol; Vale Verde; Venâncio Aires; Vera Cruz

Vale do Taquari	Anta Gorda; Arroio do Meio; Arvorezinha; Bom Retiro do Sul; Canudos do Vale; Capitão; Colinas; Coqueiro Baixo; Cruzeiro do Sul; Doutor Ricardo; Encantado; Estrela; Fazenda; Forquetinha; Ilópolis; Imigrante; Lajeado; Marques de Souza; Muçum; Nova Bréscia; Paverama; Poço das Antas; Pouso Novo; Progresso; Putinga; Relvado; Roca Sales; Santa Clara do Sul; Sério; Tabaí; Teutônia; Travesseiro; Vespasiano Correa; Wesfália
Verdes Campos	Palmeira das Missões
Vôo Livre	Sapiranga

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Em relação à idade dos/das Assistentes Sociais destaca-se que a maior faixa etária concentra-se, de acordo com o gráfico 1, nas pessoas de 30 a 39 anos, o que corresponde a 35,6% dos/as respondentes. Além disso, nota-se uma parcela de profissionais na faixa dos 20 aos 29 anos que contabiliza 12,9%. Se somados, é possível inferir que metade dos/as participantes da pesquisa que representa a categoria profissional é formada por pessoas dos 20 aos 39 anos, totalizando 48,5%. Os outros 51,5% são formados por profissionais com, respectivamente, 40 a 49 anos, 25,7%; 50 a 59 anos, 20,1%; 60 a 69 anos, 5,1%. Por fim, verificamos que, apesar de 12 pessoas com idade entre 70 e 79 anos e 1 pessoa com idade entre 80 e 89 anos terem respondido ao questionário, esses participantes representam menos de 1% (0,4% e 0,2% respectivamente), motivo pelo qual não há indicativo numérico no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 — Faixa etária dos/as participantes



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Na pesquisa sobre o perfil dos/as Assistentes Sociais no Brasil (CFESS, 2005), com o intuito de compararmos os dados, as idades prevaletentes encontram-se nas faixas entre 35 e 44 (38%) e 25 e 34 anos (30%), ainda que 25% estejam na faixa entre 45 e 59 anos.

Em relação à identidade de gênero, identificou-se que a categoria dos/as Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul é massivamente representada pelo gênero feminino, mais especificamente por 93,79% das profissionais, reproduzindo uma tendência que acompanha a profissão desde a sua gênese, pois:

Alguns traços, aparentemente dispersos, organizam o perfil social e histórico do/a Assistente Social. Trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma. Este recorte de gênero explica, em parte, os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social acadêmico. (IAMAMOTO, 2003, p. 64).

A conformação dos/as demais profissionais participantes, conforme declaração dos/as respondentes, constituiu-se por 6,07% de pessoas do gênero masculino; 0,04% autodeclarou-se como travesti; 0,04%, como pessoa não binária; 0,04% autodeclarou-se como outros.

Estes dados corroboram outros estudos, como o do DIEESE (2013) na investigação nacional sobre o perfil da categoria profissional, que contou com a participação de 2516 Assistentes Sociais e evidenciou que 77,9% eram mulheres. Assim como a pesquisa do CFESS (2005) evidenciou ser o perfil profissional da categoria como majoritariamente feminina (97%), tendo a presença de, apenas, 3% de homens. Em relação à orientação sexual, 95% são heterossexuais, 3%, homossexuais, e 2%, bissexuais. A maioria (53%) é casada, e 47% são solteiros.

Cisne (2015), ao abordar que o Serviço Social é uma profissão quase exclusivamente ocupada por mulheres, reflete a necessidade de pensar-se sobre essa “marca feminina” da profissão na divisão social e sexual do trabalho. Primeiramente, destaca o caráter conservador, fortemente vinculado à igreja e, por vezes, não reconhecido como um trabalho especializado, mas como atividade desenvolvida por atributos “naturalmente” femininos.

Nogueira (2018) aponta que essa marca é um elemento central para pensarmos os traços de subalternidade da profissão. Reforça que as relações patriarcais, tendo como base a divisão sexual do trabalho, influenciam todas as esferas da vida social, desde a escolha da profissão até a própria imagem profissional.

O machismo é o preconceito que exerce uma função social de dominação dos homens sobre as mulheres, inferiorizando-as, com a finalidade de controlar comportamentos e subjugar sua existência, para que a apropriação do tempo, do corpo e do trabalho delas seja mais eficaz e lucrativa na sociedade.

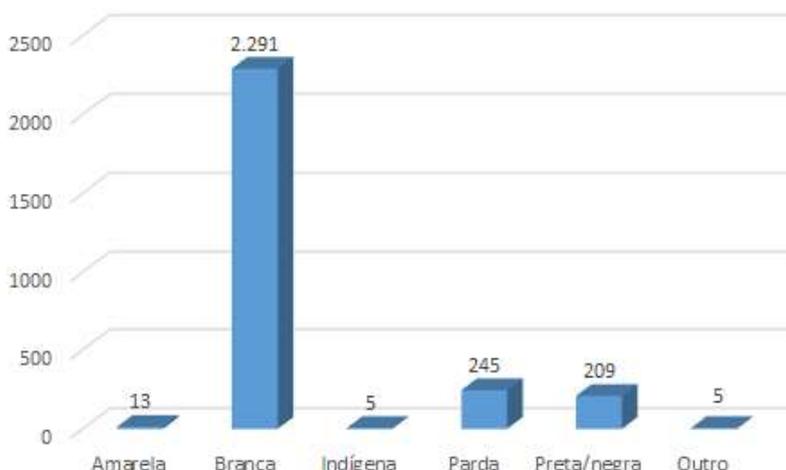
Funda-se em relações sociais estruturais de opressão, exploração e dominação que organizam a sociedade. Porém, apesar do caráter estrutural dessas relações, nós, mulheres e homens, temos responsabilidades, em nosso cotidiano, de identificar o machismo e, permanentemente, questioná-lo e desconstruí-lo.

O machismo, apesar de aparecer em atitudes, em ações individuais, contém bases materiais e ideológicas, para perpetuar um sistema histórico, político, social e econômico de dominação: o patriarcado. Em resumo, o machismo é, essencialmente, uma expressão do patriarcado que se materializa nas relações interpessoais, para perpetuar relações de dominação e poder por inferiorização, submissão e apropriação das mulheres.

Na presente pesquisa, quando perguntados sobre o estado civil, foi possível perceber, ao analisar as respostas, que a maior parcela dos/as Assistentes Sociais são casados, no total de 37,90%. A segunda maior parcela da categoria é solteira, contabilizando 32,08%. Entretanto, se levarmos em consideração que 18,17% dos/as profissionais responderam que vivem em união estável, verifica-se que 56,07% dos/as respondentes vivem em alguma relação conjugal. Observou-se que 8,06% dos/as Assistentes Sociais são divorciados/as e 2,24% são separados/as judicialmente. Os/as viúvos/as totalizaram 1,55%.

No que se refere à cor e à etnia autodeclaradas pelos/as Assistentes Sociais, constatou-se que a maior parcela dos/as profissionais no estado do Rio Grande do Sul se autodeclara como sendo da cor branca (82,77%). Os outros 17,23% dividem-se em pessoas que se autodeclaram como pardas (8,85%), pretas ou negras (7,55%), amarelas (0,47%), indígenas (0,18%) e demais grupos (0,18%).

GRÁFICO 2 — Cor ou etnia autodeclaradas



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Estes dados permitem vislumbrar que a categoria se constitui, em sua maior expressão, de branca e cis, o que representa aquelas/as que são privilegiados/as socialmente. Embora as mulheres sejam vítimas dessas relações sociais estruturais de opressão, exploração e dominação, é inegável que as mulheres brancas usufruem mais privilégio do que as pretas, as pardas ou as indígenas.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2011, p. 2 -3).

Na pesquisa do CFESS (2005), a maioria dos/as Assistentes Sociais identificou-se como branca (72,14%), e os/as que se declararam pretos/as e negros/as totalizaram 20,32%. Com base nesses dados, podemos constatar que a formação sócio-histórica brasileira, que tem o racismo em suas bases estruturais e estruturantes, também se reflete no Serviço Social brasileiro que, em suas mais de oito

décadas de existência, ainda apresenta uma corporação onde as pessoas de pele clara, autodeclaradas brancas predominam.

Para pensar o racismo no país, é importante enfatizar dados que demonstram a sua presença como um traço marcante da sociedade e afirmar que isso reflete tendências mundiais de segregação e extermínio, atualizadas pela dinâmica da crise capitalista. Igualmente, isso nos leva a refletir sobre o acesso à educação pelo povo negro, já que a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas é mais que o dobro do que entre as brancas (PNAD, 2017). Mas, em 2018, um dado da Andifes revelou o resultado importante das cotas raciais: pessoas pretas e pardas representaram, em 2019, 51,2% do total de estudantes nas universidades federais. Entretanto, somente 16% do corpo docente das universidades são negros (Inep, s.d.).

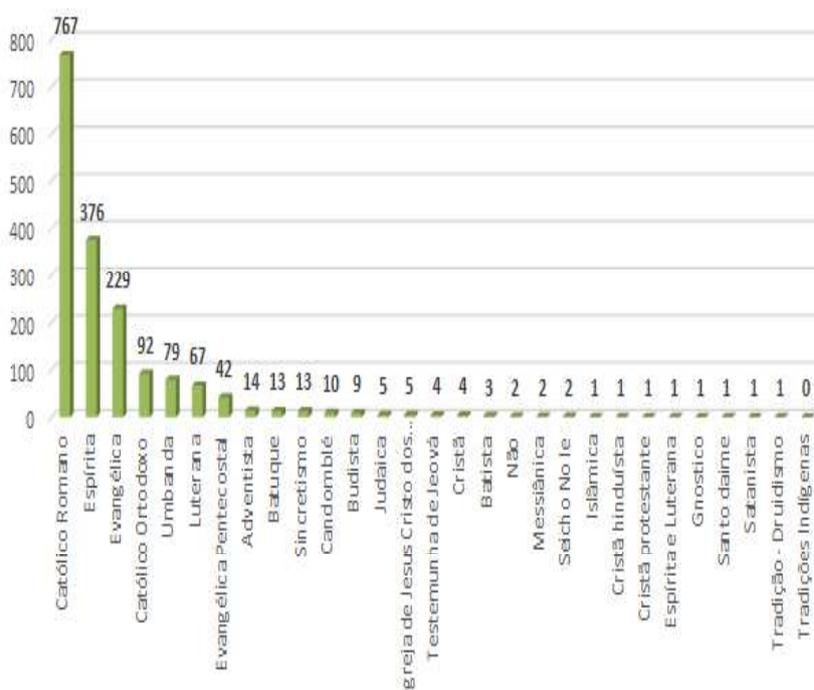
Recentemente, a campanha de gestão (2017-2020) do conjunto CFESS/CRESS, intitulada “Assistentes Sociais no combate ao racismo”, aprovada no fórum máximo deliberativo da categoria, em 2017, colocou o debate sobre o racismo em um lugar central, para refletir sobre os desafios ao exercício profissional de Assistentes Sociais, bem como dar visibilidade à realidade desta profissão que ainda tem, em grande parte, pessoas “privilegiadas” na sociabilidade capitalista, machista, sexista, homofóbica e racista.

A campanha, ao dar centralidade a esse debate, buscou incentivar a promoção de ações de combate ao racismo no cotidiano profissional de Assistentes Sociais, ampliando a percepção sobre as diversas expressões do racismo. Objetivou, assim, dialogar com toda a categoria de Assistentes Sociais, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade, sobre o racismo e incentivar a categoria a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade a ações que já ocorrem, além de denunciar, de forma direta, diferentes expressões de racismo e valorizar a população e a cultura negra.

Quanto à prática de alguma religião, é possível evidenciar que 63,22% se vinculam a alguma religião, e os/as demais 36,78% responderam que não estão vinculados a nenhuma religião. Embora mais da metade esteja vinculada, destaca-se a não vinculação de quase 40% dos/as respondentes a quaisquer religiões, considerando o histórico desta profissão que esteve, em sua gênese, estritamente ligada aos preceitos religiosos e à igreja.

Na pesquisa do CFESS (2005), a maioria professa a religião católica (67,65); segue-se a protestante (12,69%) e a espírita kardecista (9,83%); 7,92% não têm qualquer religião. As demais preferências religiosas não têm incidência significativa. Confira o gráfico 3 abaixo.

GRÁFICO 3 — Afiliações religiosas e espirituais dos/as participantes



De acordo com o gráfico 3, que apresenta as religiões apontadas pelos/as respondentes da pesquisa, podemos observar as maiores incidências nas religiões católica, com 43,93%, espírita, com 21,53%, e evangélica, com 13,12%.

Chama a atenção a prevalência das religiões ligadas ao cristianismo e o percentual pouco expressivo nas religiões de matriz africana. O preconceito e o racismo contra as religiões afro-brasileiras e de matrizes africanas não podem passar despercebidos ou ficar descolados desta análise. Segundo um balanço do “Disque 100” do ano de 2017, sobre discriminação religiosa, cerca de 40% dos registros de denúncias envolvem racismo contra religiões, como umbanda, candomblé, entre outras.

Tadvald (2016, p.142) ensina-nos que “as religiões afro-brasileiras são o resultado de um longo processo envolvendo a conservação e a transformação da memória coletiva africana no Brasil”.

Na vilania da escravidão, em que as populações negras eram comercializadas, era comum que os traficantes vendessem pessoas pertencentes à mesma região linguística e étnica de forma separada, como uma estratégia de evitar rebeliões. Assim, além de toda a violência sofrida, as pessoas sequer falavam a mesma língua no cotidiano das senzalas. Entretanto, com o tempo, essas pessoas reorganizaram e reformularam as suas crenças.

Nesse sentido, de acordo com o mesmo autor, muitas religiões afro foram surgindo pelo Brasil, em sua maioria, de forma regionalizada, de maneira que, hoje, há mais intercâmbio entre essas religiões e as regiões onde elas se desenvolveram. Com o intuito de não separar as diversas vertentes, realizamos um agrupamento dos dados referentes às religiões de matriz africana, e, após os estudos, apresentamos, no gráfico 3 acima, a umbanda (4,52%), o batuque (0,74%) e o candomblé (0,57%), entretanto, nelas, estão contidas outras respostas que contemplam as vertentes mencionadas.

A constatação de que grande parte da categoria profissional possui filiação a alguma religião e que prevalece a identidade confessional católica possibilita, além de conhecer a vinculação religiosa, refletirmos sobre a importância do debate e da defesa do Estado laico em tempos de avanço do conservadorismo e de atitudes retrógradas, que são bandeiras de lutas do Serviço Social brasileiro. A defesa da laicidade do Estado é sinônimo de reafirmação do projeto ético-político do Serviço Social e da luta de Assistentes Sociais pela democracia, pela liberdade e por direitos.

Há que se reconhecer o Estado laico fazer parte das conquistas históricas no campo dos direitos, pois representa a afirmação da cidadania não tutelada, baseada em direitos, ainda que nos limites burgueses, diante dos quais é inaceitável a intervenção do Estado sobre a liberdade de crença religiosa. Igualmente, é imponderável qualquer intervenção do Estado fundada em convicções religiosas sobre qualquer aspecto da vida social e da vida privada, como temos vivenciado na atualidade.

A atuação profissional de Assistentes Sociais no Brasil, comprometida com valores e princípios ético-políticos fundamentados nas conquistas históricas que afirmam a humanização do ser social, como a defesa da liberdade como valor ético central e da democratização do poder econômico e político, e, conseqüentemente,

contrária a todas as formas de injustiça, discriminação ou barbárie, impõe a necessidade de identificação e recusa das ameaças ao Estado laico presentes na realidade brasileira, do avanço do conservadorismo, do irracionalismo e da intolerância religiosa no cotidiano profissional. Além disso, inclui-se a consciência crítica de que essas tendências são incompatíveis com o Estado democrático de direito e representam uma ameaça à efetivação da ética profissional.

Assim, é oportuno trazer à tona, o documento “CFESS Manifesta”, publicado em 2016:

O conjunto CFESS-CRESS manifesta a defesa da laicidade do Estado como uma exigência democrática por sua compatibilidade com os valores e os princípios do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro e como condição para assegurar liberdades e direitos, que supõem valores universais – o que exclui particularismos confessionais - para enfrentar um contexto regressivo, marcado pelo avanço do conservadorismo, de intolerâncias, de crimes de ódio e de barbárie. (CFESS..., 2016).

Portanto, precisamos reafirmar a defesa da identidade profissional na perspectiva da liberdade religiosa e, em igual medida, a defesa da laicidade do Estado.

Considerações à guisa de conclusão

Os dados da pesquisa que conformam as principais características identitárias de Assistentes Sociais gaúchos apontam para a predominância de um profissional do sexo feminino, jovem, branco, residente na cidade em que trabalha e com alguma filiação religiosa. No seu conjunto, tais características não apresentam novidades, se comparadas com os resultados da pesquisa nacional realizada pelo CFESS (2005), o que sinaliza o perfil estadual assemelhar-se ao restante do território brasileiro. No entanto, avalia-se que a socialização dos dados estaduais são fundamentais para o reconhecimento da conformação do perfil do profissional no solo gaúcho, bem como as problematizações que os/as autores/as puderam realizar a partir dos dados.

Destacamos que a caracterização identitária de Assistentes Sociais do estado do Rio Grande do Sul precisa ser apreendida juntamente com o movimento da realidade que envolve e impacta a

formação e o trabalho profissional diante das profundas e desafiadoras transformações que ambos vêm sofrendo e, mesmo sendo estes temas foco de capítulos posteriores, faz-se necessário mencioná-los, pois compreendemos como elementos essenciais na constituição do perfil profissional.

Reiteramos a pertinência deste estudo, que dá visibilidade a características da categoria profissional no estado do Rio Grande do Sul, evidenciando atribuições desde o início da profissão que nos convocam a avançar no desvendamento e no reconhecimento da configuração identitária da categoria e que nos possibilita compreender a diversidade e a pluralidade que a constituíram.

Cabe ao coletivo profissional ampliar tais problematizações, de modo a avançar na construção de mediações que promovam a diversificação deste perfil, assim como o enfrentamento das características históricas que tendem a manter a profissão como a que reproduz marcas contidas na sua gênese.

Referências

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Balanco Anual**: Ministério dos Direitos Humanos. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, [s. l.], 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-naamerica-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em: 30 maio 2021.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. **Relações sociais e Serviço Social**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1992.

CFESS Se Manifesta: Estado Laico já!. **CFESS**, Brasília, DF, 6 jan. 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1237>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CISNE, M. Divisão sexual do trabalho, feminismo e serviço social. *In*: TEIXEIRA, M.; ALVES, M. E. Rodrigues. **Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social**. Brasília: Abará Editorial, 2015. p. 59- 72.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Brasília, DF: CFESS, 2017. Disponível em: <https://servicosocialcontraracismo.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para estudo do perfil profissional**. Brasília, DF: CFESS, 2005. 73 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Assistente Social: Um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional**. Brasília, DF: CFESS, 2013. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 10ª REGIÃO. **Relatório de transição de gestão 2017/2020**. Porto Alegre: CRESS/RS, 2020.

GASSET, J. O. y. **Obras completas**. 7. ed. Madrid, ES: Alianza Editorial, 1970. v.5.

HECKERT, S. M. Identidade e mulher no Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 36, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 13 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. <https://www.ibge.gov.br/busca.html?search-word=2017>. Acesso em: 10 mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Estatísticas da Educação Superior**. Brasília, DF: INEP, [s. d.]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

NOGUEIRA, L. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

REIDEL, T. *et al.* **Banco de dados da pesquisa interinstitucional: perfil, formação e trabalho dos/as Assistentes Sociais no estado Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s. n.], 2020.

TADVALD, M. O batuque gaúcho: Notas sobre a história das religiões afro-brasileiras no extremo sul do Brasil. *In*: DILLMANN, M. (org.). **Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul: manifestações da religiosidade indígena**. São Paulo: ANPUH, 2016. p. 141-168. (Coleção Memória & Cultura NEMEC/PPGH). v. 4.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-143. v. 1.